



**EDIÇÃO
ESPECIAL
BOLETIM
NACIONAL**



Na: Sindicato/54

1º de Maio

1886
1986

RESUMO

A MALDIÇÃO OPERÁRIA

O capitalismo arrancou o camponês de sua terra e o reduziu à condição sub-humana de um operador de máquinas, cada vez mais imbecilizado pela mecanização.

Uma verdadeira maldição que só vai terminar quando for eliminada a condição de ser operário.

UMA HISTÓRIA PRA CONTAR

Não era de estranhar que Chicago fosse o centro da agitação revolucionária e o quartel-general do movimento anarquista na América do Norte. "A prisão e o trabalho forçado é a única solução para a questão social", diziam os jornais burgueses.

UNIDADE X DIVERSIDADE

A profunda divisão do movimento operário no plano político, ideológico e organizativo recobre a diversidade dos lugares que os trabalhadores ocupam no sistema produtivo, suas distintas origens, culturas e experiências de luta.

UMA CLASSE DE DOIS SEXOS

Da mesma forma como dividiu trabalho manual e trabalho intelectual, a sociedade também divide trabalho feminino e masculino. Não foi o capitalismo que inventou essa divisão, mas é certo que dela se serve muito bem e com muitos lucros.

NASCE O PT

"Nosso papel não é fazer do trabalhador um telespectador. O nosso papel é transformar a classe trabalhadora num agente transformador, não apenas da matéria-prima, mas num agente transformador de idéias. Para mim esse é o papel do PT."

A maldição operária

Paul Singer

Em 1986, o 1º de maio completa um século. Um século de lutas não para "melhorar" a condição operária, mas para "aboli-la". Ser operário sob o capitalismo não é uma condição social apenas, mas uma maldição. Assim a viram os melhores espíritos que testemunharam o nascimento do proletariado industrial. Marx, Engels e seus herdeiros formularam o projeto de instauração de uma sociedade sem classes a partir da convicção de que, no capitalismo, a condição operária não poderia ser melhorada — no máximo seus efeitos desumanizadores poderiam ser atenuados. Por exemplo, pela redução da jornada do trabalho.

A condição proletária era analisada sobretudo em comparação com o modo de vida e de trabalho do camponês, pois a classe operária surgia como resultado da proletarização de parcelas crescentes do campesinato. O camponês era um produtor autônomo, possuidor dos seus meios de produção, dono de conhecimentos e habilidades e proprietário do fruto do seu trabalho. Podia ser pobre, mas era independente e se desenvolvia como ser humano através de sua atividade produtiva. Um camponês maduro tinha muito o que ensinar ao filho, o enfrentamento constante com as forças da natureza lhe conferia uma sabedoria, que dava vida a uma vigorosa cultura popular.

O operário, ao contrário, é um produtor dependente de quem monopoliza os meios de produção, aos quais só tem acesso se consegue vender sua força de trabalho. Nem os instrumentos de trabalho, nem o objeto de trabalho e nem o produto lhe pertencem. A divisão industrial do trabalho não lhe permite sequer entender de que modo sua atividade específica contribui para o surgimento do produto. É o trabalhador da indústria automobilística p. ex. que não sabe consertar carros, mesmo depois de gastar uma vida produzindo-os. Ou a datilógrafa que bate o tempo todo textos dos quais nada lhe é permitido entender.

À medida que o capital torna a máquina mais automática, mais se degrada a condição operária

O operário não é menos inteligente nem menos apto do que o camponês ou qualquer outro artífice: mecânico, alfaiate, pedreiro. É a organização capitalista do trabalho que o imbeciliza, tornando-o mero servidor da máquina. É à medida que o capital torna a máquina mais automática, isto é, mais inteligente, o seu operador é degradado, reduzido a uma condição sub-humana. Ele não há dinheiro que compense esta imbecilização, este esvaziamento sistemático da vida produtiva, que muitas vezes não passa da repetição mecânica de gestos e movimentos destituídos de sentido para quem os executa.

É por isso que o grande sonho da humanidade trabalhadora, sob o capitalismo, não é apenas usufruir um padrão decente de vida, mas se libertar desta maldição que é o trabalho alienado e alienante. Abolir as classes significou sempre para o trabalhador reapossar-se do comando sobre o processo produtivo, reapropriar-se do conhecimento que dá sentido ao trabalho, de modo a poder gozar do direito de criar, de inventar, de improvisar, desenvolvendo as potencialidades de seu corpo e de seu espírito.

É extremamente interessante observar como, nestes 100 anos de luta, a própria organização do movimento operário ofereceu a pelo menos uma parte da classe operária uma oportunidade de se afirmar e de se desenvolver como seres humanos. A militância em sindicatos, partidos, cooperativas, ofereceu a milhões de homens e mulheres a possibilidade de estudar e se desenvolver intelectualmente, no esforço de entender o sistema social que os oprimia para tentar destruí-lo.

E, embora não tivessem conseguido destruir o capitalismo, eles puderam construir em seu seio todo um conjunto de instituições político-culturais — desde teatros, escolas, bibliotecas até jornais, produtoras de filmes e videoteipes — em que operários se tornaram autores e atores, alunos e professores, políticos, escritores, filósofos, poetas. E, dentro das fábricas e dos escritórios, operários aprendem a interpretar a legislação trabalhista e os balanços das empresas, no afã de enfrentar e derrotar a exploração patronal em seu próprio terreno.

Foi o movimento operário, ainda ilegal e clandestino, que conquistou a democracia política

Algumas das conquistas do movimento operário, nestes 100 anos, acarretaram mudanças significativas na condição operária. A primeira delas e a mais importante foi a própria democracia política. Nunca é demais lembrar que o projeto liberal original limitava o gozo dos direitos políticos (p. ex. de votar e ser votado) aos "homens bons", isto é, aos homens (não às mulheres) detentores dum mínimo de renda e propriedade. E a organização sindical era rigorosamente proibida sob o pretexto de que constituía um monopólio mediante o "açambarcamento" da mercadoria "força de trabalho". Foi o movimento operário, em sua fase inicial, ilegal e clandestino, que conquistou o sufrágio universal, finalmente estendido às mulheres (no Brasil, só a partir de 1934) graças ao denodo do movimento feminista. E foi igualmente o movimento operário que, mediante muito heroísmo e sacrifícios, conquistou a sua própria legalidade e o direito de atuar abertamente contra o capitalismo, mediante a greve, a manifestação de rua, a propaganda oral e escrita e, por fim, mas não por último, a liberdade de ensino, inclusive dentro das escolas e universidades oficiais.

Como bem sabemos, até pela história recente do Brasil, tais conquistas podem ser temporariamente perdidas, tendo de ser refeitas mais de uma vez. Militantes de minha geração, nos batemos pelos mesmos direitos e pelas mesmas conquistas duas vezes em menos de 40 anos. E apesar da precariedade, sabemos avallar a

sua importância, inclusive como antidotos da degradação a que o capitalismo submete a classe operária. E podemos ver, com orgulho e esperança, despontar toda uma nova geração de intelectuais operários que se redimem da luta, obtendo a militância sindical, partidária, nas associações de moradores e nas Comunidades de Base, uma ampla oportunidade de se desenvolver como seres dotados de inteligência, coragem e generosidade — tudo que a atividade na empresa capitalista lhes nega.

A redução da jornada diminui a pressão imbecilizadora do trabalho e deixa algum tempo livre para a aquisição de cultura

Estas conquistas, sobretudo a limitação da jornada de trabalho, oferecem ao trabalhador uma base material mínima para se furtar à pressão imbecilizadora do trabalho alienado. O fato do trabalhador ter hoje uma escolaridade mínima é um ponto de partida para que ele possa, em seu tempo livre, adquirir cultura política e contribuir para ela como ativista e intelectual. E se formos capazes de conquistar a semana de 40 horas, a extensão da escolaridade e sobretudo a mudança de seu conteúdo — hoje ainda excessivamente voltado à preparação para o mercado de trabalho — a elevação cultural e política do proletariado no seio mesmo do capitalismo poderá avançar consideravelmente.

As experiências destes 100 anos de lutas proporcionam ensinamentos preciosos sobre como a magna tarefa da abolição das classes pode e não pode ser realizada. A frustração de grandes esperanças, suscitadas por revoluções vitoriosas, constitui lições que, de modo algum, podem ser desprezadas. A mais importante é, sem dúvida, a de que as classes não podem ser abolidas por decreto, por atos do Estado, que substitui o padrão capitalista por dirigentes designados por ele, que pretensamente representam a própria classe operária. Em todos os regimes que se arrogam o título de socialistas, infelizmente a divisão do trabalho industrial é igual à que prevalece no capitalismo, a maioria dos trabalhadores continua submetida a tarefas imbecilizantes, enquanto a atividade realmente criativa é realizada por pequeno número de especialistas, aos quais cabe tomar decisões e dar ordens. A condição operária sob o "socialismo" realmente existente não é menos maldita do que sob o capitalismo.

A divisão do trabalho em "intelectual" e "manual" é a base da divisão da sociedade em classes

E não adianta explicar estes malogros por erros e desvios da direção partidária e governamental. A sua causa é fundamental: ela se localiza na própria lógica da produção industrial, no sentido amplo, ou seja, na produção de qualquer natureza que é realizada com máquinas. Neste tipo de produção, que predomina cada vez mais na indústria de transformação, na construção, no transporte, nas comunicações e até na agricultura, a tarefa produtiva é executada pela máquina, sendo a tarefa propriamente humana projetar o produto e a maquinaria que deve realizá-lo. Há, ao lado destas, tarefas rotineiras, tais como: ligar, alimentar, vigiar, limpar, azeitar etc. as máquinas, controlar a qualidade dos produtos, acondicioná-los etc. Estas tarefas, medida que ainda não podem ser mecanizadas, acabam sendo o trabalho operário.

A divisão do trabalho em tarefas inteligentes ou "intelectuais" e tarefas rotineiras ou "manuais" é a base material da divisão da sociedade em classes. A história destes últimos 100 anos demonstrou que a divisão em classes não deriva da propriedade legal, jurídica dos meios de produção, mas do modo como são efetivamente apropriados. A propriedade dos meios de produção pode ser formalizada de várias maneiras e sua unificação em mãos do Estado pode substituir o capitalismo por outro modo de produção. Mas este outro modo de produção só será (ao menos tendencialmente) socialista se ele socializar a apropriação efetiva dos meios de produção, ou seja, se ele socializar o trabalho intelectual — e o poder de decisão que ele proporciona aos que o realizam — entre todos os participantes do processo de produção.

Ora, esta socialização não pode ser decretada, ou seja, ela não depende apenas de um ato de vontade política. Ela depende também da preparação intelectual e técnica dos operários. Para que eles possam assumir as tarefas dos engenheiros e administradores, eles têm que adquirir na escola primária e no trabalho depois, os conhecimentos necessários. O que requer o processo de elevação cultural e política do proletariado a que fizemos referência. O capitalismo, enfrentado e modificado pela ação do movimento operário, abre uma certa perspectiva para que esta elevação se dê fora dos locais de trabalho. A verdadeira revolução socialista terá lugar quando a classe operária estiver culturalmente preparada e politicamente fortalecida a ponto de efetivamente impor a gestão operária da produção, abolindo a distinção entre trabalho "intelectual" e trabalho "manual".

O papel revolucionário do movimento operário é duplo, portanto: elevar culturalmente o proletariado, anulando os efeitos alienantes e anestesiantes da organização capitalista (ou burocrática) do trabalho e conquistar cada vez mais poder para o conjunto da classe operária, o que equivale a estender a democracia às instituições sociais, culturais, religiosas e naturalmente ao âmbito do aparelho de Estado. Nestes 100 anos, algo se avançou neste caminho. Mas ainda há muito chão pela frente.



As grandes manifestações anarquistas do começo do século, em São Paulo, algumas delas conclamadas ainda em italiano.

Resolução do 1º Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, entre 15 e 20 de abril de 1906:

"Considerando...
 "...que a origem histórica do 1º de maio, que nasceu da reivindicação, pela ação direta, das oito horas de trabalho, na América do Norte, e do sacrifício de vítimas inocentes de Chicago, impede que essa data seja mistificada pelas festas favorecidas por interesses na resignação e imobilidade do proletariado;
 "...o 1º Congresso Operário Brasileiro verbera e reprova indignadamente as palhaçadas feitas no 1º de maio com o concurso e complacência dos senhores;
 "...incita o operário a restituir ao 1º de maio o caráter que lhe compete, de sereno, mas desassombroso protesto, e de enérgica reivindicação de direitos ofendidos ou ignorados.



ICONOGRAPHIA

ICONOGRAPHIA

Uma história pra contar

Marisa Lourenço

Em Nova York (1873), a seção norte-americana da Primeira Internacional convoca os desempregados para uma manifestação. Sairam às ruas exigindo uma ração diária de alimentos, a iniciação de obras públicas para gerar empregos e a prorrogação legal do pagamento de aluguéis para evitar que as famílias dos desempregados fossem atiradas na rua para morrer de frio. Os manifestantes foram atacados inesperadamente por uma tropa de policiais. Centenas de feridos ficaram nas sarjetas do centro de Nova York. Outra centena foi detida e posta à disposição dos tribunais "por resistir às ordens da polícia". "Era uma manifestação de ladrões", publicou um diário de Nova York. "Temos que preparar-lhes comida envenenada se querem comer à custa do governo", escreveu outro em Chicago.

Paralelamente, a exigência da redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias se fazia cada vez mais forte e era apresentada, inclusive, como uma forma de aumentar a fraca demanda de mão-de-obra.

Pittsburgh, 1877

Estoura a grande greve ferroviária que em menos de duas semanas se estendeu por todos os Estados. Há quatro anos o salário dos ferroviários havia sido reduzido em 25% para salvar a ganância dos proprietários. Agora seria reduzido em mais 10%. Foi a gota d'água.

Os magnatas da ferrovia conseguem que o governo mobilize o Exército contra os grevistas. Eles já haviam incorporado a luta pela jornada de 8 horas. A luta de classes se fez tão violenta que a burguesia chegou a organizar grupos civis armados para proteger suas riquezas.

Pittsburgh, 1881

Nasce a *American Federation of Labor* – Federação Americana do Trabalho (FAT) – que exigiu, em seu Primeiro Congresso, o cumprimento rigoroso da jornada de 8 horas para os que trabalhavam em obras públicas. Em seu II Congresso (Cleveland, 1882), aprovou uma declaração dos delegados de Chicago que estendia o benefício das 8 horas para todos os trabalhadores sem distinção de ofício, sexo ou idade: "Como representantes dos trabalhadores organizados, declaramos que a jornada de 8 horas permitirá dar mais trabalho por salários maiores... Diminuirá o poder do rico sobre o pobre... Estimulará a produção e aumentará o consumo de bens pela massa. Fará necessário o uso cada vez maior de máquinas para economizar a força de trabalho... Diminuirá a pobreza e aumentará o bem-estar de todos os assalariados".

Em seu III Congresso (Chicago, 1883) a FAT envia um comunicado ao Presidente dos Estados Unidos solicitando a legislação das 8 horas de trabalho e, também, envia uma nota aos comitês nacionais dos partidos Republicano e Democrata determinando que definam suas posições sobre a jornada de 8 horas e outras reivindicações dos trabalhadores.

Frank Foster, um dos autores da proposta que mais tarde sacudiria o país, afirmou diante de seus companheiros: "uma demanda concreta e sustentada por uma organização completa produzirá mais efeito que a promulgação de milhares de leis, cuja vigência dependerá do humor dos políticos... O espírito de organização está no ar, porém o preço que pagamos por nossa inexperiência, sectarismo e falta de espírito prático ainda representam grandes obstáculos para se lançar uma greve geral".

Outros delegados ao Congresso deixaram evidente que os únicos resultados sérios com relação às 8 horas tinham sido conquistados fora de toda a legislação, por acordos diretos com os empregadores, sob a pressão da mobilização sindical. Assim, ganhou força a idéia da paralisação geral. A proposta, aprovada durante o Congresso, dizia: "A Federação dos Sindicatos Organizados e União de Trabalhadores dos Estados Unidos e Canadá decidiu que a duração da jornada de trabalho, a partir de 1º de maio de 1886, será de 8 horas diárias e recomendamos às organizações sindicais de todo o País que façam respeitar esta resolução a partir da data estabelecida".

Graças a uma intensa divulgação, a resolução de Chicago não tardou em fincar raízes entre a classe operária. Frente às pressões, muitas empresas não esperaram a data fixada. Mais de 30 mil operários se beneficiaram com a redução da jornada já no mês de abril de 1886.

1º de Maio de 1886

A ordem do dia, única para todo o movimento sindical, era precisa: "A partir de hoje, nenhum trabalhador deve trabalhar mais de 8 horas por dia. Oito horas de trabalho! Oito horas de repouso! Oito horas de lazer!"

Simultaneamente, são deflagradas 5 mil greves e 340 mil grevistas deixam as fábricas e ganham as ruas gritando suas reivindicações. O êxito foi quase total. Nesse mesmo dia, 125 mil operários conquistam a jornada de 8 horas.

Em Chicago, no entanto, o sucesso percorreu o caminho do conflito. Era ali que viviam os trabalhadores de pior condição social de todo o país. A maioria dos empregadores do Estado tinham uma mentalidade embotada. Seus jornais diziam que o trabalhador devia deixar de lado o seu "orgulho" e aceitar ser tratado como "máquina humana". O *Chicago Tribune* publicava: "O chumbo é o melhor alimento para os grevistas... A prisão e o trabalho forçado são a única solução para a questão social. E de se esperar que seu uso se estenda".

Não era, portanto, de se estranhar que Chicago fosse o centro da agitação revolucionária no país e o quartel-general do movimento Anarquista na América do Norte. Duas organizações dirigiam a greve em todo o Estado de Illinois, mas era em torno de seus jornais que girava a ação reivindicativa. *Arbeiter Zeitung*, era o mais forte. Dirigido por August Spies, de orientação anarquista, era publicado em alemão e aparecia três vezes por semana.

Em Chicago, apenas a fábrica Mc Cormik continuava funcionando com o trabalho dos fura-greves. Logo iniciaram-se os choques entre os trabalhadores e os amarelos.

Chicago, 2 de Maio de 1886

O clima se fez mais tenso quando a polícia dissolveu violentamente uma manifestação de 50 mil grevistas no centro de Chicago. Dia 3 de maio de 1886, uma nova manifestação foi feita, desta vez, em frente à fábrica Mc Cormik. Quando souo o apito da saída de um turno dos fura-greves, o anarquista August Spies estava no palanque. Injúrias e pedradas voavam em direção aos traidores quando uma companhia de policiais investiu contra a multidão desarmada e iniciou os disparos a queima-roupa. Seis mortos e dezenas de feridos foi o saldo dessa ação policial. Enraivecido com a matança, Adolph Fischer voltou à redação do *Arbeiter Zeitung* onde escreveu uma proclamação que mais tarde seria peça principal no processo que terminou com o seu enforcamento e o de seus companheiros Georg Engel e August Spies: "Trabalhadores: a guerra de classes começa. Ontem, em frente à fábrica Mc Cormik, trabalhadores foram fuzilados. Seu sangue pede vingança!"

Quem poderá duvidar já que os chacais que nos governam estão ávidos de sangue trabalhador? Porém os trabalhadores não são um bando de cordeiros. Ao terror branco respondamos com o terror vermelho! É preferível a morte à miséria..."

O texto era finalizado com a convocação para uma grande concentração de protesto no dia 4 de maio, às 4 da tarde na praça Haymarket e concluía com as palavras: "trabalhadores, concorram armados e manifestem-se com toda a força!"

Em Haymarket reuniram-se em torno de 15 mil pessoas. Uma bomba foi lançada entre os soldados matando o policial Mathias J. Degan e ferindo outros. A polícia disparou sobre os manifestantes, causando mortes e ferimentos. Nessa mesma noite, Chicago foi posta em estado de sítio e o Exército ocupou o bairro operário. No dia seguinte, são presos os sindicalistas August Spies, Michael Schwuab, Georg Engel, Adolph Fischer e Louis Lingg (todos alemães), os norte-americanos Oscar Neebe e Albert Parsons e o inglês Samuel Fielden. Acusados de estarem ligados a um comploté anarquista de grandes proporções, no dia 5 de agosto de 1887, Spies, Fischer, Lingg, Engel, Fielden e Schwuab são condenados à morte. Neebe foi condenada a 15 anos de prisão. Fielden e Schwuab pediram perdão e tiveram suas penas comutadas para prisão perpétua. No dia 10 de novembro, segundo versão da polícia, Lingg suicidou-se e no dia seguinte seus companheiros são enforcados.



ICONOGRAPHIA



ICONOGRAPHIA

O Estado Novo: Getúlio toma conta da festa. Decreta o salário mínimo e subordina os sindicatos ao Ministério do Trabalho, seguindo o modelo da Carta del Lavoro fascista. É esse o modelo que ainda está legalmente em vigor.



ICONOGRAPHIA

Unidade X diversidade

Marco A. Tré e Garcia

Cem anos já são passados da tragédia de Haymarket, em Chicago, que levaria no ano seguinte, em 1887, vários operários à execução na forca por um crime que não cometeram. Em realidade, a repressão contra o movimento operário norte-americano era uma tentativa das classes dominantes dos Estados Unidos de conter o grande número de lutas operárias desencadeadas particularmente depois dos anos 70 e que afunilavam na reivindicação da jornada de oito horas de trabalho.

A palavra de ordem seria mais tarde formalmente adotada pelo Congresso Operário Brasileiro em 1906, como um dos eixos da mobilização do 1º de maio daquele ano, uma data que já vinha sendo comemorada no País desde os últimos anos do século passado.

O movimento operário aqui e lá fora encontrava uma reivindicação capaz de articular a multiplicidade de suas lutas contra o capital. Mas a busca de consignas unitárias não podia esconder o fato de que as classes trabalhadoras possuíam especificidades em seu enfrentamento com a burguesia e o Estado, que tinham de ser levadas em conta na definição de suas linhas de ação. A própria história dos Estados Unidos ilustra muito bem esta diversidade.

É bom lembrar que pelo menos até os anos trinta deste século, os trabalhadores nos Estados Unidos se encontravam divididos em dois blocos de organizações: um, agrupando os operários de ofício, que convergiram para a **American Federation of Labour - AFL** (a Federação Americana do Trabalho), organização centrada na negociação com o patronato, sem questionar a ordem econômica, social e política vigente; e, de outro lado, uma série de projetos organizativos, reunindo os trabalhadores indistintamente e que assumiriam características revolucionárias como a **IWW** (Operários Industriais do Mundo), forte até a Primeira Guerra Mundial.

É óbvio que esta divisão tão profunda no plano político, ideológico e organizativo recobria diferenças igualmente profundas sobre a condição operária ela própria, o que refletia a diversidade dos lugares que os trabalhadores ocupam no sistema produtivo, suas distintas origens, suas referências culturais, suas experiências de luta.

Nos Estados Unidos, portanto, como no Brasil e em todas as partes, a classe operária passava a ser algo mais rico e complexo, composto de homens e mulheres, de trabalhadores do campo e da cidade, de distintos ramos industriais, nacionais ou imigrantes, tudo isto pesando em muito por seus próprios alinhamentos político-ideológicos: anarquistas, socialistas, reformistas, católicos, mais tarde comunistas.

A história falsificada

Durante muitos anos a história do movimento operário brasileiro esteve dominada por falsas interpretações.

Por parte da burguesia, tratava-se de eliminar as classes trabalhadoras da história do Brasil ou, quando muito, fazê-las beneficiárias da boa vontade do Estado e das "classes produtoras" (esta curiosa maneira que a burguesia tem de chamar-se a si própria) através da outorga da legislação trabalhista "mais avançada do mundo", segundo se via na propaganda dominante. Tudo teria começado a partir de 1930, quando Getúlio Vargas, o "pai dos pobres", concedeu grandes conquistas sociais aos trabalhadores, através da Consolidação das Leis do Trabalho e em outras "benfitorias". Pouco se diz do fato de que a CLT consagrou definitivamente o fim da liberdade e da autonomia sindicais a partir do atrelamento das organizações ao Estado com todas as implica-

ções que isto pode ter. Pouco se diz, igualmente, de que esta "legislação mais avançada do mundo" não foi capaz de produzir em seus cinquenta anos de vida uma mudança substancial na condição de vida das massas trabalhadoras, como atesta o triste espetáculo de um país onde 70 milhões vivem na condição de miseráveis.

Outra corrente, ligada ao Partido Comunista, afirma que a história da classe operária praticamente passou a existir a partir de 1922, quando formou-se o PCB. Tudo o que existiu antes — os anarquistas, anarco-sindicalistas, socialistas, e correntes reformistas — fica reduzido a formas de consciência "atrasada", "Inconsequente". Da mesma forma, tudo o que vem depois, e que não está de acordo com o seu figurino, aparece como reformismo-direitista ou radicalismo-esquerdista.

Ora, a realidade é bem distinta. Anarquistas, anarco-sindicalistas, socialistas e mesmo as correntes reformistas às vezes caracterizadas como "amarelas" eram em realidade distintas formas de identidade operária que tiveram um papel importante nas lutas de classes até pelo menos os anos 30, ao lado das correntes comunistas, elas próprias muito minoritárias e enfrentando dificuldades políticas.

As duras lições de 1964

Esta vocação para falar em nome da classe operária e de caracterizar todas as demais forças como "atrasadas" não vem acompanhada de uma reflexão autocrítica mais profunda. Não se explica assim porque o PCB, partido até os anos trinta classista, acaba por se aproximar pouco a pouco da estrutura sindical estatal e fazer do apoio aos trabalhadores e a seus projetos reformistas burgueses o eixo de sua mobilização. A questão mais importante deixa de ser a autonomia e liberdade de ação das classes trabalhadoras e se transforma na aliança destas com áreas supostamente progressistas do patronato com vistas a transformações "nacionalistas e democráticas". É no bojo deste tipo de mobilizações que surge o CGT, Comando Geral dos Trabalhadores, em 1962, com forte influência do PCB em aliança com os trabalhadores. O centro das preocupações do CGT é a consecução das "reformas de base", pouca importância se dando às reivindicações específicas dos trabalhadores e, mais particularmente, à questão da autonomia e liberdade de organização sindical.

Transformado em braço esquerdo do governo João Goulart, este movimento, sobretudo forte na cúpula, desaba como um castelo de cartas, quando do golpe de 64. O movimento operário começa então uma nova, rica e dolorosa experiência. Sofrendo uma grande repressão — em que se combinam elementos políticos e policiais — as classes trabalhadoras vão reconstituir uma identidade (bastante diversificada) em movimentos de distinta origem e procedência que vão desde a luta contra o arrocho salarial (questão quase que dominante nos primeiros anos), até o enfrentamento da queda da qualidade de vida nos bairros ou do confronto direto e particular com o capital na fábrica, convertida mais e mais em um verdadeiro inferno.

Ao lado das reivindicações salariais e por melhores condições de trabalho, contra a disciplina feroz do capital, surge com força a questão da autonomia e liberdade sindicais.

Os donos da verdade não se conformam, e, na medida em que avança a "abertura", se queixam dos trabalhadores que não querem aderir à frente democrática com os patrões, para quem a democracia pára, no entanto, à porta da fábrica. Da mesma forma, reprovam a luta centrada nas fábricas, pois supostamente divide a classe e enfraquece sua unidade. Finalmente, criticam a ênfase na liberdade e autonomia sindical na medida em que isto significa a ruptura com a estrutura corporativa e a possibilidade de uma pluralidade sindical.

Esta política se revela, no entanto, totalmente equivocada. A princípio se tratou de reduzir a aparição de um sindicalismo combativo ao ABC, ao mesmo tempo em que se lhe chamava de "nova aristocracia operária". Depois, buscou-se aproveitar qualquer dificuldade, sobretudo nas greves em que o sindicalismo autêntico foi contido, para anunciar o fim desta nova corrente. Ora, não somente tal não ocorreu, como verificou-se uma capacidade de multiplicar formas e eixos de luta, permitindo que o exemplo de São Bernardo passasse a ser seguido em regiões bastante diferentes. A diversidade de pontos de partida não impediu que a corrente chamada "autêntica" do sindicalismo criasse novos eixos de luta e traduzissem isto em uma nova entidade — a CUT.

A Central Única dos Trabalhadores expressa esta mudança — marcada pela diversidade — ocorrida no movimento operário brasileiro. Na CUT vemos a presença de novos setores das classes trabalhadoras, de novos temas — como o das comissões de fábricas, por exemplo — de novas definições frente ao problema institucional, que cria uma pequena margem de negociação com outras correntes.

Do outro lado, na CONCLAT, não só pesa o ecletismo, que se procura disfarçar através de uma suposta unidade, mas permanece o impasse. Seus compromissos com o governo (como ficou claro no episódio de seu apoio ao pacote), sua incapacidade de en-



ICNOGRAPHIA

A derrota do fascismo precipita a queda de Getúlio e consolida a influência do Partido Comunista. Mas a política de alianças com a burguesia entra em colapso com o golpe de 1964. Na foto superior, um 1º de maio em Recife, com a presença de Prestes, recém-libertado da prisão. No centro, a edição de 1º de Maio da *Gazeta Sindical*, de 1949. Em baixo, o 1º de maio de 1968, na Praça da Sé, em São Paulo, em que o povo esgarça o governador Abreu Sodré.



ICNOGRAPHIA

tender o fenômeno da luta fabril e de suas formas de organização, sua dificuldade em pensar a diversidade estrutural, política, ideológica e cultural dos trabalhadores, fazem desta organização a tentativa de reestruturação de um projeto que o próprio tempo se encarregou de sepultar.

A nova classe operária

A nova classe operária brasileira, que se encontra representada em grande medida na CLT, e que coincide partidária e basicamente com o PT, representa uma tendência que se afirma cada dia mais na própria evolução do capitalismo no Brasil. Ela se educou num período de crise dos modelos internacionais que haviam orientado o movimento operário, tendo ficado impactada pela experiência do sindicato Solidariedade, na Polônia. Educou-se, igualmente, a partir de experiências de base, que desembocaram nos grupos de fábricas e, mais tarde, em comissões que se

espalham hoje pelo Brasil. Revindicou para si um lugar próprio no tabuleiro político, deixando de aparecer como simples apêndice da burguesia progressista e, às vezes, nem isso. Pensando a democracia de base, se vê hoje confrontada com os desafios da transição entre a velha estrutura CLT e uma nova legislação que consagre as aspirações em prol da autonomia e liberdade e do fim da tutela do Estado.

A diferença é clara.

A Unidade para uns é vista como resultado de uma suposta generalidade: que todos são explorados e é preciso traçar uma tática comum que, no momento atual, comporta unidade com a "burguesia democrática". Para outros, no entanto — e é aqui o caso da CUT e do PT —, a unidade é articulação do que é diferente, porque originário de distintos setores produtivos, de distintas regiões e culturas, convicções filosóficas e religiosas.

A descoberta não só pôs por terra as teses acadêmicas mas surpreendeu também os sindicatos. Se a classe afinal é feita de homens e mulheres, será que ser operário é igual a ser operária?

Parece que não. Basta dar uma olhada nos salários e nas qualificações. Os salários médios das mulheres na indústria em São Paulo são entre 50% e 60% inferiores ao salário médio dos homens, isto significa que a maioria delas se concentra nas faixas salariais mais baixas. Além do mais, só 8% das operárias em São Paulo estão em funções consideradas qualificadas.

Assim a classe operária está dividida. Da mesma forma como a sociedade divide trabalho manual e trabalho intelectual, divide também trabalho feminino e trabalho masculino. A primeira vista é uma divisão "natural", afinal homens e mulheres não são diferentes? As mulheres não são mais pacientes, delicadas tem dedos finos e habilidade manual? Só que esta aparente naturalidade aproveitada pelos patrões, faz das mulheres eternas montadoras de rádios e TVs, eternas costureiras dos bancos do seu Volkswagen sem possibilidade de promoção e em funções consideradas desqualificadas, apesar da destreza e da habilidade necessárias dos anos de prática que exigem. Trabalho desqualificado, que não precisa diploma para aprender, é "trabalho de mulher" e vale menos. E trabalho de homem é só qualificado? Nem sempre, às vezes só exige força, como o embalador que põe um televisor na caixa. Só que ele ganha um pouco mais do que a montadora, para "estimular", porque "senão não agüentaria". Assim a diferença entre trabalho natural e trabalho que se aprende não explica sempre a desvalorização do trabalho feminino. Temos de ir mais longe e buscar na história mesmo das nossas sociedades esta hierarquia que se estabeleceu entre os sexos e que fez das mulheres "o segundo sexo". E nem adianta dizer que é culpa do capitalismo porque não foi ele que a inventou, mas o que é certo é que dela se serve muito e com muitos lucros. A dominação de um sexo pelo outro, a divisão sexual do trabalho permite aos patrões desqualificar tarefas, manter um grupo operário sem promoção, sem formação, enquanto a sociedade e o Estado também aproveitam o trabalho doméstico, gratuito de todas as mães de família que alimentam e cuidam dos filhos, maridos e de si próprias para que sua força e sua saúde sirvam ao dinamismo da indústria brasileira. Tudo isto por um pouco mais de um salário mínimo e certamente muito mais de que as 80 horas semanais que fazem a fortuna de Antonio Ermírio.

A armadilha da divisão sexual do trabalho

Se a divisão sexual do trabalho e a submissão sexual criam situações diferentes dentro de uma classe igualmente explorada, elas têm também consequências e expressão no movimento operário. Os capitalistas desde sempre se aproveitaram dela para dividir a classe, para estabelecer uma aparente concorrência entre homens e mulheres, como se as mulheres tirassem o trabalho dos homens, diminuíssem o seu salário. E os sindicatos muitas vezes caíram na armadilha. Ao contrário, o diagnóstico da divisão sexual do trabalho, de suas implicações e vantagens para os patrões devem ser um ponto de partida para uma outra análise e para uma outra prática: de que não há dignidade sem igualdade e de que abolir a opressão passa por abolir também a submissão das mulheres. Se a classe operária tem dois sexos, operários e operárias desigualmente partilham a condição operária. As falas das operárias que desde 1978 reaparecem no discurso do movimento são o melhor documento sobre a dominação do "segundo sexo" na fábrica. E são também um desafio. "A luta contra a dominação das mulheres não está dirigida, como a luta anticapitalista, contra as estruturas da sociedade, ela se dirige em cada um de nós, ao que nos é mais íntimo e nos parece mais seguro. Contesta até nossos desejos e nossos prazeres. É preciso não recuar diante desta contestação, mas além das feridas que ela nos provocará, destruirá também algumas de nossas limitações, e abrirá caminho para novas verdades" (Simone de Beauvoir).

Uma classe de dois sexos

Elisabeth Souza-Lobo

"O mais deplorável é que um bando de moças, infelizes operárias de fábricas, imitou o gesto da garotada tomando conta de três elétricos no largo da Sé." (O Estado de S. Paulo, 13-7-1917)

Desde os tempos de revolução industrial, as mulheres e as crianças trabalharam nas fábricas tanto quanto os homens. Mas na consciência virtuosa dos patrões esta era uma presença incômoda. A fábrica não deveria ser lugar de mulher. A elas cabia muito mais cuidar que seus filhos fossem saudáveis para um dia trabalharem para os filhos de seus patrões, manter seus homens disciplinados e regrados, longes das obscuras tabernas do vício. Assim pensavam os bons burgueses, enquanto suas máquinas infernais engoliam sempre mais mulheres, sempre mais crianças. Os bons burgueses fingiam acreditar, e os operários ingenuamente acreditaram, que a passagem das mulheres pelas fábricas era apenas provisória. Mas não foi assim. E as mulheres ficaram sendo operárias não só nos ciclos de expansão do capital, como reservas dos homens, mas a própria lógica de produzir sempre com mais lucro e conseguir um trabalhador ideal para cada tarefa terminou atribuindo um sexo para cada tarefa, para cada trabalho, para cada função. Um homem é melhor torneiro mecânico, uma mulher é melhor montadora. Para o capital, o trabalho também tem sexo.

No Brasil não foi diferente. As costureirinhas e as operárias têxteis foram parte da classe operária brasileira do início do século. E enquanto sociólogos imaginavam que o desenvolvimento do capitalismo industrial alijaria as mulheres do trabalho fabril, no final dos sombrios anos 70 descobriu-se que das fábricas do milagre saíam milhares de costureiras, operárias têxteis de montadoras de autopeças e das indústrias eletroeletrônicas de embaladoras, das indústrias farmacêuticas. Não só as mulheres não tinham sido afastadas do trabalho industrial, como seu número crescera e elas estavam agora trabalhando em outros ramos industriais e não apenas naqueles tradicionalmente "femininos": costura e vestuário.

Ser operário é igual ser operária?

Em 1970, as trabalhadoras eram 18,8% do total de trabalhadores na indústria, em 1980 já eram 24,5% deste total. Se observarmos os ramos de indústria, eles são em 1976, 10,5% do total de trabalhadores metalúrgicos, 31,1% dos trabalhadores nas fábricas de material eletroeletrônico e 34,6% no setor que compreende as indústrias químicas farmacêuticas, de perfumaria, material plástico (se considerarmos os subsectores, como perfumaria ou farmacêutica são mais de 40%).

1º de Maio



José Martins/FAP

1º DE MAIO
Comunistas, socialistas, liberais
Democratas, anarquistas, todos a favor
Chamamos à Frente dos Trabalhadores

CONVERGÊNCIA
SOCIALISTA



Agência de Notícias



Agência de Notícias

A segunda crise do petróleo. Na indústria paulista, em Osasco e no ABC, os salários começam a encolher, o desemprego a aumentar. O milagre econômico já acabou há muito tempo. Sem a legitimação do crescimento econômico, o regime militar começa a balançar. Nas manifestações operárias, juntam-se as reivindicações econômicas também a demanda por democracia. Mas uma vez a democracia será uma conquista da classe operária. Agora o 1º de maio de 1978 em Osasco; no centro o estádio vazio da festa convocada por Maluf, no Pacaembu.

Nasce o Partido dos Trabalhadores

Wander Bueno do Prado

Neste ano em que se comemora o centésimo aniversário do massacre de Chicago, o Boletim Nacional foi ouvir Luís Inácio Lula da Silva sobre as conquistas da classe trabalhadora brasileira, principalmente, a partir do período em que ele começa sua militância até se transformar numa liderança nacional.

Lula começa a militar no movimento sindical, numa época, segundo ele, muito difícil, muito complicada do ponto de vista político. Em primeiro lugar, porque estávamos no auge do chamado "milagre brasileiro". Nesta época as assembleias eram totalmente esvaziadas. Isto porque "a partir de 64 os sindicatos tinham se descaracterizado e passaram a funcionar como organismos meramente prestadores de assistência médica. Outro fator de esvaziamento é que depois de 68, com a greve de Osasco e Contagem, houve um arrocho ainda maior em cima do movimento sindical".

Lembra que na primeira assembleia que participou, em 1968, em todo e qualquer tipo de discussão, havia uma disputa de posições ideológicas amalucadas e onde o trabalhador novo, sem experiência, se participasse uma vez, não voltava a segunda. "Eu me lembro que para fazer uma assembleia no sindicato durante muito tempo você precisava convocar os bolsistas — o sindicato tinha uma bolsa de estudos e aqueles que faltassem em 3 assembleias consecutivas perdiam o direito às bolsas. Então, as assembleias eram feitas com aquele grupinho de pessoas de sempre. Nesta época também "as direções do sindicato não faziam muita questão".

Não dava mais para ficar esperando, era preciso ir à porta de fábrica

Foi a partir de 74 que começou a "mudar um pouco o conceito de sindicato. Foi feito um 1º congresso em 74, um 2º congresso em 76 e um 3º congresso em 78, e nesse ínterim a diretoria já tinha um comportamento diferenciado. A gente entendia que não dava mais para ficar esperando o trabalhador vir ao sindicato reclamar. Era preciso a gente ir na porta de fábrica para ouvir o que o trabalhador tinha para dizer para a gente. E as coisas mudaram".

Segundo Lula, foram dois os motivos que levaram a essa mudança: em primeiro lugar o momento político: "A gente vivia uma época fértil, do ponto de vista de resistência ao regime militar. Naquela época o movimento estudantil, os intelectuais e até, por que não dizer, os empresários contestavam o regime militar. Em segundo lugar, a diretoria do sindicato discutia a necessidade de Sindicato dar uma avançada no seu comportamento. Acho que conjuntura forçava a categoria a ser mais exigente e também forçava a diretoria do sindicato a sair na frente dessa luta... Para que essa mudança se efetivasse, foi necessário mudar o relacionamento entre dirigente sindical e a categoria. Naquele tempo, "quando o trabalhador procurava o sindicato, o diretor o encaminhava para o departamento jurídico. Quer dizer, a solução do problema era do ponto de vista individual. O que a gente começou a mudar no sindicato? Por exemplo: quando o trabalhador procurava o sindicato, não se dizia mais para ele procurar o departamento jurídico. A gente dizia: olha, o teu problema será solucionado na medida em que você junte mais companheiros e na medida em que todo mundo entenda que é preciso mudar e que vocês briguem coletivamente. Essa mudança de mentalidade da diretoria foi praticamente a essência da mudança de qualidade das lutas e da organização do nosso sindicato".

Depois dessa mudança de comportamento da diretoria, os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema começam a reivindicar as perdas salariais sofridas em 1972 e 1973, com a política econômica do ex-ministro Delfim Neto. A mobilização da categoria em 1978,

se dá preponderantemente em cima desse fator econômico. "Naquele ano, nós não reivindicamos aumento de salário. E quando veio o pagamento os trabalhadores perceberam que, enchesse o sindicato ou não, o percentual era o mesmo. Isto é, quem determinava era o governo. Ou seja, era preciso dar um salto de qualidade. E este salto de qualidade era os trabalhadores perceberem o valor que eles tinham enquanto força de trabalho; quando perceberam isso "o pessoal resolveu parar. Parar porque o momento político era favorável e a situação da classe trabalhadora estava muito ruim". Ai eles tomaram consciência de que tinham sido roubados em 72 e 73.

A partir disso surgem as greves de 79 e 80 e, ao mesmo tempo, começa-se a discutir a criação de um partido político que representasse a classe trabalhadora. Essas discussões se dão através de alguns dirigentes sindicais. Essa ideia surge "na medida em que nós avançamos e na medida em que a gente foi tomando consciência de classe, foi amadurecendo do ponto de vista político. Nós percebemos que o campo sindical era um campo muito fértil. Mas a gente percebia, também, as limitações que a gente tinha em relação às grandes conquistas da classe trabalhadora... O sindicato para nós estava limitado na medida em que o governo jogava um peso muito grande para evitar que continuasse crescendo. Daí porque nós começamos a entender que a questão sindical no Brasil só seria resolvida na medida em que a gente tomasse consciência de que era uma questão eminentemente política; quer dizer, sem resolver os problemas políticos, não se resolve a questão sindical. Ai a gente chegou à conclusão de que estava na hora de criar um Partido".

Essa ideia de criação de um Partido Político, surgido do meio da classe trabalhadora, aparece como um fato novo no quadro político brasileiro. Ainda mais se levarmos em consideração que esse partido surge sem uma proposta acabada do ponto de vista teórico. Conforme Lula, "é aí que muita gente estranha, porque esse negócio da criação de um partido político sempre foi muito teórico. Haja vista a história da esquerda no Brasil... Mesmo o PCB era um partido elitista, do ponto de vista de sua direção. Os trabalhadores eram mais engajados como eleitores do que como dirigentes do partido. Para nós era um negócio muito mais de sobrevivência ou de necessidade de se ter um espaço político maior para se funcionar. A verdade é que a gente não sabia nem o que a gente queria. A gente dizia que queria um partido dos trabalhadores, porque estávamos cansados de ver a classe empresarial nos representar no Congresso Nacional. Cansados de ver partidos políticos usarem da classe trabalhadora como massa de manobra".

Para nós a criação do partido era uma questão de sobrevivência

Seis anos depois da criação do PT, a discussão entre a importância da teoria e da prática continua em debate. Para Lula, vale uma lição aprendida com o companheiro Paulo Freire: "o discurso não justifica a prática. Mas a prática justifica o discurso". Continua Lula, "a teoria só é importante quando ela puder ser praticada. Do contrário, ela não presta". Lula sempre foi contra o teorismo dentro do PT porque "é comum aparecer muitos companheiros com propostas acabadas no papel, mas, se a gente perguntar se ele já tentou colocar aquilo em prática, ele nunca tentou. Então eu acho que é preciso boas teorias juntadas às boas práticas".

Por isso ele não acha suficiente a pessoa só ter uma boa prática. "é preciso que a pessoa tenha um pouco de sustentação, um pouco de embasamento teórico para a pessoa avançar e fazer com que as pessoas que estão ouvindo avancem também. Daí eu acho que nós do PT estamos mais maduros e hoje é muito importante a gente perceber que vários trabalhadores já começam a se ressentir da falta de sustentação teórica... E o nosso papel não é fazer do trabalhador um telespectador, o nosso papel é transformar a classe trabalhadora num agente transformador não apenas de matéria-prima, mas num agente transformador de ideias. Para mim esse é o papel do PT".

1º de Maio



Da luta pela reposição salarial no ABC renasce o movimento operário, precipitando a queda do próprio regime militar. Dessa mesma força nasce o PT. O 1º de maio de 1980: Acima, a massa tomando São Bernardo; abaixo o Estádio de Vila Euclides.



José Mattar & F4

Edemir Romão & Ed